

érico é
lustrial.

Maxitec
Empresa 100 Brasileira

As condicionantes políticas na nova rodada de negociação

por Paulo Sotero
de Washington

Alexandre Kafka é o mais antigo funcionário brasileiro no exterior. Nascido na Checoslováquia e educado em Londres, Kafka foi para o Brasil depois da Segunda Guerra para ensinar economia, atraído pelo empresário Roberto Simonsen. Já naturalizado, serviu o governo Juscelino Kubitschek, como diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

No início da década de 60, descontente com o clima de agitação política no País, mudou-se para os Estados Unidos. Um economista conservador de reconhecidos méritos, em 1966 ele foi convidado pelo então ministro do Planejamento, Roberto Campos, para voltar a servir o governo brasileiro, como diretor alterno do Fundo Monetário Internacional (FMI). Aceitou e, dois anos mais tarde, tornou-se diretor pleno, posição que ocupa até hoje.

Em novembro do ano passado, Kafka foi eleito para um novo mandato de dois anos, o que faz dele, também, o mais antigo membro da direção do FMI. Em seus dezessete anos no cargo, "o professor", como ele gosta de ser chamado, aconselhou vários ministros da Fazenda e do Planejamento sobre as políticas do FMI e economia e finanças internacionais, temas que conhece a fundo.

Kafka procurou ser, sempre, o mais discreto possível, uma postura que refletia não apenas seu temperamento retraído como a própria natureza de sua função de delegado de governos autoritários junto a um organismo internacional avesso à publicidade.

SURPRESA

Por tudo isso, o professor certamente foi surpreendido com a solicitação que recebeu do secretário de Imprensa do Ministério da Fazenda, Paulo Branco, na sexta-feira passada. Insinuado pelo ministro Fran-



Alexandre Kafka

les, durante um almoço promovido pelo International Finance Institute, o embrião de uma associação internacional de bancos, sediada em Washington. Sentado à mesa mesa de Larosiére, Fernão Bracher, diretor do Bradesco, criticou a estratégia do Fundo de buscar reduções demasiadamente ambiciosas da inflação em países como o Brasil, indicando que uma diminuição de 20 a 30% da taxa inflacionária no período de um ano deveria ser considerada um bom resultado.

"Há muitos economistas inteligentes dizendo isso e creio que nós devemos ouvi-los", respondeu o diretor-gerente do FMI, segundo uma testemunha. Fontes bem informadas prevêem, porém, que não será a inflação, mas sim a metodologia para o cálculo do déficit público que consumirá a maior parte das discussões entre os negociadores do FMI e do governo brasileiro.

Nesse particular, sabe-se que o critério usado pelo ministro Dornelles para estimar o déficit, na apresentação que fez ao Congresso, na véspera de partir para Washington, foi considerado no mínimo insuficiente do vetusto prédio da rua 19, que abriga a sede do FMI.

CONDIÇÕES

Na perspectiva das autoridades econômicas brasileiras, está clara, também, a necessidade de conven-

cisco Dornelles, Branco pediu sua ajuda para que fotografos e câmaras de televisão fossem autorizados a registrar os primeiros momentos do encontro entre o ministro e o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosiére, no gabinete deste.

Kafka inicialmente resistiu, alegando que o pedido contrariava bem estabelecidas regras do FMI. Branco insistiu, mas não houve jeito. Diante da negativa de Kafka, Dornelles, que ouvia a conversa, interveio: "deixa pra lá, Paulo. Não tem problema não. Vai lá e explica para os jornalistas por que não foi possível ter a imagem. E por essas e outras que às vezes fica tão difícil conversar com o FMI", disse Dornelles.

Diante da atitude do ministro, Kafka ligou para o gabinete de De Larosiére, abriu-se uma exceção e a sessão fotográfica foi prontamente arranjada. Tecnicamente, Kafka estava certo. Não é, de fato, dos usos e costumes do FMI, como de muitos outros organismos internacionais, permitir que jornalistas frequentem seus corredores.

Mas não percebeu a necessidade política do ministro de ser fotografado com De Larosiére, uma forma de assinalar tanto para o diretor do Fundo quanto para a classe política e a opinião pública brasileira que o governo do presidente José Sarney pretende — até porque não lhe resta outra alternativa — jogar as claras na negociação de um novo programa econômico e na renegociação da dívida externa.

Da capacidade de a administração do Fundo e de os credores do País entenderem essa atitude, depende em boa parte o sucesso das conversações que tomarão corpo, dentro de duas semanas, com a chegada a Brasília da missão negociadora do Fundo.

Segundo seu próprio relato da conversa, Dornelles disse a Larosiére que "o Brasil vai negociar em bases muito realistas. Temos diretrizes políticas das quais não nos podemos desviar. A negociação vai ter de refletir o apoio de toda a sociedade brasileira". Muitos observadores duvidam que de Larosiére tenha condições políticas — se tiver o desejo — de apresentar à diretoria do FMI um programa econômico brasileiro que possa ser visto como "leniente". De outro lado, contudo, o diretor-gerente do FMI tem dado sinais de flexibilidade.

Um exemplo disso aconteceu horas antes de encontrar-se com Dornel-

cer os banqueiros sobre as condicionantes políticas da negociação. Falando sobre a resistência do governo ao regime de vigilância reforçada do FMI — também chamada de "monitoração" —, considerada pelos credores como pré-condição para o reescalonamento da dívida em bases plurianuais, um alto funcionário do governo disse, na semana passada, que a questão foi colocada em termos claros aos banqueiros: "Se nós aceitarmos a monitoração, no mês que vem vocês terão de tratar com outra equipe econômica".

Presumivelmente, uma equipe econômica mais à esquerda. No mesmo sentido, os negociadores brasileiros têm alertado os credores de que a oportunidade de se fazer um acordo sem a aprovação formal do Congresso Nacional existe hoje, mas poderá não existir no futuro próximo.

Estes são alguns dos ingredientes que alicerçam a convicção dos representantes brasileiros de que o momento é propício para endurecer o jogo. Outros elementos deste cálculo são que o País está com dinheiro em caixa e tem pago em dia os juros da dívida. A disposição de endurecer é, contudo, limitada pela necessidade de manter as linhas de curto prazo do crédito interbancário em seu nível atual. "Por esse motivo", resumiu para este jornal um integrante da equipe econômica, "nós vamos jogar duro, mas sem sair da mesa de negociações."

ESTRATEGIA

A estratégia do governo Sarney parece ser a única possível. Como Dornelles sugeriu na sexta-feira, a idéia é ganhar um pouco de tempo, colecionar mais alguns bons números e, talvez no início do segundo semestre, obter um acordo com o Fundo. Embora ele não tenha dito, é óbvio que, se conduzir bem essa primeira parte da operação, sua própria posição no governo sairá reforçada.

Entre o desejo e a realidade, contudo, há ainda muitos obstáculos no caminho. Um deles: Larosiére deixou patente, na semana passada, que apóia a vigilância reforçada do FMI na forma como os bancos a entendem. Por isso, como admite um funcionário brasileiro, não se deve descartar a hipótese de a história terminar com um reescalonamento de apenas um ano da dívida, que seria a pior solução para todos — para o governo brasileiro e para os credores, sem falar no FMI, que apostou forte na estratégia de reescalonamento plurianual da dívida e teria sua credibilidade afetada.